

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 17.02.2014

Em 2009, o Governo anunciou que pretendia transformar Seak Pai Van num bairro social com 60 mil habitantes. No entanto, com a conclusão sucessiva das suas habitações públicas e a respectiva ocupação, têm surgido bastantes problemas, nomeadamente, falta de instalações complementares, questão que muitos moradores daquela zona já levantaram, pois só existem umas poucas instalações de serviços sociais, e os preços praticados pelos supermercados são tendencialmente mais elevados, para além de não serem fornecidos produtos vivos e frescos. Daí que os moradores tenham que despende, todos os dias, cerca de duas horas de viagem para adquirir os bens essenciais noutras zonas, deparando-se ainda com a pouca frequência das carreiras de autocarros, tendo, ainda por cima, de evitar apanhá-los durante as horas de ponta. Com o gradual aumento do número de moradores, preocupam-se com o agravamento da situação. Quanto à assistência médica, o centro de saúde provisório daquela zona só funciona dois dias por semana, e a conclusão do complexo hospitalar das Ilhas, que se previa ter lugar no próximo ano, vai ser adiada por mais dois anos, devido a uma avaliação errada do Governo. Para agravar, só iniciaram as obras das passagens superiores para peões quando as habitações começaram a ser ocupadas, e não se encontram ainda a funcionar, apesar de estarem concluídas há dois meses. As obras de várias outras instalações não foram ainda iniciadas, como sejam: centro de saúde, mercado municipal, biblioteca, escola, etc., o que é muito inconveniente para os moradores.

Na realidade, um bairro social com equipamentos aperfeiçoados devia poder satisfazer as necessidades quotidianas dos moradores, não se justificando que tivessem de fazer compras todos os dias nos mercados de outras zonas e de se deslocar apenas fora das horas de pico! Face à situação acima referida, é de questionar se o Governo tinha um plano mal ponderado, sem visão prospectiva, ou seja, não houve uma avaliação geral sobre as instalações complementares aquando da criação do bairro social de Seak Pai Van, isto é, não se realizou um planeamento humanizado. O Governo peca ainda por ser negligente, só se apercebendo dos problemas quando há queixas, de modo que, quando os moradores começaram a ocupar as suas fracções, antes de se sentirem felizes, tornaram-se “desbravadores” do novo bairro social.

Creio que, na qualidade de novo bairro comunitário, devia ter sido a habitação pública de Seak Pai Van uma boa oportunidade para se proceder a um planeamento geral e de longo prazo, servindo como bom exemplo para os futuros planeamentos urbanísticos de outras zonas novas. Mas o Governo não fez isso, porque basta olhar as insuficiências de Seak Pai Van, tais como, nas instalações complementares, transportes, saúde, na questão da alimentação, entre outras, e mais ainda, nas instalações relacionados com a segurança pública e contra incêndios, apenas em fase de planeamento. Como diz um ditado chinês, “a população só prefere permanecer nos locais explorados adequadamente”. Já que a intenção do Governo é criar um grande novo bairro comunitário para 60 mil moradores, deve então mostrar a sua determinação, deixando os moradores viver aí em paz. Mais ainda, Seak Pai Van é um bairro misto composto por habitação económica e social, e os moradores da última são cidadãos da camada de base, muitos deles até idosos com dificuldades financeiras e de deslocação. Pelo que, na optimização das instalações de Seak Pai Van, deve o Governo focar as pessoas idosas e mais carenciadas e prestar-lhes mais cuidados, dar resolução às necessidades urgentes da população desfavorecida, especialmente, estabelecer instalações de saúde, e adoptar medidas referentes ao preço dos alimentos e ao abastecimento de alimentos frescos.

Apelo ao Governo para adoptar, quanto antes, medidas para resolver as questões acima mencionadas, e elaborar uma calendarização para a construção das instalações sitas em Seak Pai Van e nos três lotes vizinhos. Não pode ser como no passado, em que as obras públicas nunca obedeceram aos prazos fixados. Deve o Governo oferecer aos moradores de Seak Pai Van um abrigo tranquilo, caso contrário, após tantos anos de espera, conseguiram apenas ver-lhes atribuído um mero abrigo, e não um abrigo tranquilo.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 17.02.2014

O Instituto de Habitação (IH) publicou a lista definitiva dos candidatos à aquisição das fracções económicas de tipologia T1 do edifício “Ip Heng”. Dos 11 942 requerentes da presente candidatura, 2447 são agregados familiares nucleares, 254 são agregados familiares não nucleares e 9241 são candidatos individuais. Nesta candidatura, o IH atribuiu apenas 1544 fracções de tipologia T1 e, depois da graduação e ordenação, descobrimos que muitos dos agregados familiares nucleares não as podem adquirir por não terem idosos com idade superior a 65 anos nem deficientes, e o grupo de agregados familiares não nucleares e de candidatos individuais não tem qualquer hipótese.

É evidente que as fracções T1 não são a melhor opção para agregados familiares nucleares. Segundo as opiniões de alguns pais, quando as suas crianças eram pequenas moravam com eles, mas com o seu crescimento, os pais e os filhos precisam de espaços privativos. Alguns candidatos individuais começaram a trabalhar há pouco tempo e são solteiros, por isso querem fracções de tipologia T1, mas se, posteriormente, casarem e tiverem filhos, essas fracções não serão, naturalmente, adequadas para eles. Pode até acontecer que duas pessoas tenham, respectivamente, fracções de tipologia T1 e casem depois. Neste caso, apesar de terem duas fracções, estas não conseguem satisfazer a necessidade do casal e o casal também não pode vender uma delas, assim, mesmo que as fracções não sejam muito úteis, não se podem desfazer delas. A situação das pessoas entre 40 a 50 anos de idade que não pensam em casar e moram agora com família não se vai alterar muito, por isso, os T1 são mais adequados para elas. De facto, as fracções T1 são mais procuradas pelos candidatos individuais e são a sua única opção, porque só têm qualificação para candidatura a este tipo de fracção. No entanto, devido à limitação do diploma actual, eles acabam por ser excluídos, o que é relativamente injusto.

Neste momento, a alteração do pedido para fracções de diferente tipologia na candidatura a habitações económicas preocupa muitas famílias, porque poderá dificultar a possibilidade de conseguirem uma fracção, ou mesmo fazer com que fiquem sem nenhuma. A população aceitou as fracções T1, porque o sobreaquecimento do mercado imobiliário privado e de arrendamento em Macau tornou impossível conseguir uma habitação. Verificou-se até situações em que agregados de quatro membros também se candidataram a essas fracções¹. Com a oferta limitada e a falta de uma definição clara da política de habitação pública pelo Governo, a população pensa que é melhor candidatar-se neste concurso, pois não se sabe se haverá mais possibilidades depois. Por isso, na candidatura às fracções T1 do Edifício “Ip Heng”, mais de 300 famílias requereram a alteração do pedido para fracções de diferente tipologia de habitação económica, mas o número desses pedidos será limitado.

¹ Jornal “Si Man”, 21 de Novembro de 2013

Assim sendo, apresento as seguintes sugestões:

1. Os casos referidos são para alertar que, enquanto o Governo satisfaz a procura de habitação pública com 19 mil fracções autónomas, é também necessário ter em atenção as necessidades reais da população. Para além da construção de um maior número de habitações públicas, é também necessário divulgar os planos de habitação económica de curto, médio e longo prazos, para as pessoas poderem saber como vai ser o desenvolvimento e processo de candidatura a habitação pública no futuro. Assim, podem requerer as fracções económicas adequadas às suas necessidades e projectos pessoais, evitando deste modo a utilização incorrecta dos recursos.

2. Nesta candidatura a habitação económica, foram recebidos 9241 pedidos individuais e, pelos vistos, os residentes têm enormes necessidades em relação às fracções de tipologia T1. Mas, segundo os dados divulgados pelas autoridades, só podemos saber o número de candidatos individuais ou se têm idade superior ou inferior a 65 anos, não podendo saber a situação real de outras faixas etárias. As autoridades devem aproveitar os dados dos candidatos recolhidos nesta candidatura e servir-se da idade, estado civil, etc. como dados referenciais relevantes para a futura construção de habitações económicas de diferentes tipologias. A construção excessiva de fracções de T1 contraria o rumo de desenvolvimento promovido pelo Governo de os familiares habitarem em conjunto, bem como o incentivo à fertilidade. Sugere-se ao Governo que a política de habitação económica se encaminhe para a direcção de construir fracções de diversas tipologias, a fim de corresponder às necessidades reais da população.

3. Com vista a evitar que ocorra o fenómeno de as necessidades reais dos candidatos não coincidirem com as fracções, mesmo que a nova Lei de Habitação tenha entrado em vigor há pouco tempo, solicito às autoridades que a revejam quanto antes, estudando e alterando o disposto de os agregados familiares nucleares terem prioridade na aquisição, tornando viável a compra de fracções dos agregadores familiares não nucleares e dos candidatos individuais. Os candidatos individuais só podem requerer fracções T1, mas esta tipologia é a mais adequada para eles, sendo assim, há que disponibilizar uma certa proporção para estes candidatos, evitando que sejam as vítimas do actual regime de habitação económica. Aos agregados familiares nucleares e não nucleares devem ser, principalmente, atribuídas fracções de tipologia maior, a fim de aumentar a devida compatibilidade na distribuição e reduzir recursos mal utilizados.

IAOD do Deputado Kou Hoi In em 17.02.2014

Neste ano, uma grande quantidade de turistas chegou a Macau para festejar e passar o recente Ano Novo Chinês. Segundo as informações da Direcção dos Serviços de Turismo (DST), o número de turistas verificado na Semana Dourada do Ano Novo Chinês atingiu 1 milhão, do qual mais de 770 mil são turistas da China. Estes números, em comparação com os do período homólogo do ano anterior, revelam, respectivamente, aumentos de 13% e 23%.

Quanto à situação no posto fronteiriço das Portas do Cerco, os serviços competentes realizaram antecipadamente trabalhos preparatórios, por isso, não houve caos nas passagens alfandegárias. Quanto aos pontos turísticos com muitas pessoas e muito negócio, tais como as Ruínas de São Paulo e a Avenida de Almeida Ribeiro, nos fins-de-semana e feriados verificam-se muitas pessoas, nomeadamente nos feriados do Ano Novo Chinês, e neste ano até adoptaram, pela primeira vez, na Avenida de Almeida Ribeiro, enquanto zona central, o controlo da direcção do fluxo elevado da multidão, com vista a evitar o surgimento de acidentes e a manter a ordem.

De facto, quanto a esta saturação existente nos pontos turísticos com muitas pessoas e muito negócio, eu apelei muitas vezes no passado ao Governo para divulgar medidas reais e eficazes para deslocar turistas para outras zonas, a fim de melhorar o ambiente de negócio nas zonas antigas. O referido controlo de direcção do fluxo da multidão é uma oportunidade para efectuar esta triagem, no entanto, as respectivas medidas de controlo adoptadas pelos serviços competentes visaram apenas atrair os turistas para o largo do Leal Senado, ou da Avenida de Almeida Ribeiro para a zona de Nam Van.

Na minha opinião, deve-se colocar sinalização bem visível no local, para canalizar os turistas que visitam as Ruínas de S. Paulo para zonas como o jardim de Camões e a Igreja de Santo António. As ruas estreitas das Ruínas de S. Paulo e da Praça do Leal Senado podem servir como condutas dos visitantes para a Rua da Palha, Mercado de S. Domingos, Templo de Kuan Tai, Templo de Hông Kông, Rua de 5 de Outubro e, mesmo até, canalizar os turistas para a Rua da Felicidade, Igreja de Santo Agostinho e Fonte do Lilau, dinamizando deste modo toda a zona a sul da cidade para atrair os visitantes para os bairros antigos.

Sugeri também às autoridades para estudarem a possibilidade de transformar parte da Avenida de Almeida Ribeiro em zona pedonal nos feriados e fins-de-semana, de forma a melhorar o ambiente de negócio em redor, para que o aumento da circulação de pessoas possa beneficiar as pequenas e médias empresas e dinamizar os bairros antigos. Recorde-se que, aquando do debate das Linhas de Acção Governativa no ano passado, os responsáveis do Governo manifestaram que esta medida sobre a zona pedonal seria analisada. Quando for feito este estudo, deve-se também considerar o projecto do Instituto Cultural de Macau para o Restauro das Fachadas de um Conjunto de Construções

Classificadas na Rua da Felicidade e no Beco da Felicidade. Assim, toda aquela zona pode ser transformada num espaço museológico que apresente as diferentes fases de desenvolvimento de Macau, reforçando, desta forma, tanto o conteúdo como as características do turismo local.

Quanto aos novos quatro itinerários turísticos que a Direcção dos Serviços de Turismo (DST) planeia promover, visando canalizar turistas para outras zonas, acho que, para atingir esse objectivo, há que fazer um trabalho preparatório e de longo prazo, no sentido de criar instalações complementares necessárias, para além de programar itinerários diferentes tendo em conta as suas características de divertimento e turismo. Proponho que as autoridades façam, em primeiro lugar, uma avaliação dos resultados dos quatro itinerários turísticos existentes, procedam a melhorias e incentivem os comerciantes a explorar actividades nesses itinerários. Em seguida, só depois de se conseguir resultados positivos, é que as autoridades podem pensar em criar novos itinerários.

Para construir Macau como um verdadeiro centro mundial de turismo e de lazer, para além da capacidade de acolhimento de grande volume de visitantes, é indispensável estudar a forma de enriquecer os recursos turísticos locais, criar condições favoráveis à canalização dos turistas para fazerem visitas e compras em várias zonas, concretizando, por conseguinte, o objectivo de canalização de turistas e vivificação das zonas antigas, de modo a promover o desenvolvimento do turismo diversificado e permitir a Macau transformar-se num destino de lazer, distinguido pelas suas próprias características turísticas.

IAOD da Deputada Angela Leong On Kei em 17.02.2014

Recentemente, o Governo renovou por 9 meses, como período de transição, as licenças especiais de táxis (táxis amarelos) da Companhia Vang lek Radiotáxi, Lda. 60% dos táxis amarelos vão assegurar o serviço de transporte “exclusivamente por marcação telefónica”, e os restantes 40% vão ter uma transição gradual, o que está, de certa forma, aquém das expectativas da população. Pelo exposto, o Governo tem de efectuar uma boa fiscalização sobre os táxis amarelos que prestem serviço de transporte exclusivamente por chamadas telefónicas, estudar quanto antes a proposta alternativa a implementar após esses 9 meses, esclarecer a população quanto ao futuro dos táxis amarelos, reforçar o grau de transparência do contrato dos táxis amarelos e adoptar medidas para impulsionar os taxistas a prestar serviço também aos cidadãos dos bairros antigos, no sentido de “devolver” o serviço de táxis aos residentes de Macau.

Anteriormente, o Governo tinha divulgado à população que, como condição para a renovação das licenças, todos os táxis amarelos apenas podiam prestar serviço mediante marcação telefónica. Mas, como depois a Companhia de radiotáxis veio dizer que não seria possível prestar apenas o serviço de transporte exclusivamente por marcação telefónica, para garantir as facilidades de deslocação da população, o Governo aceitou a prestação desse serviço apenas por 60% dos táxis e renovou mais 9 meses as respectivas licenças. Este acto afectou gravemente a credibilidade do Governo, levando a população a questionar que, antes do termo das licenças, o Governo não se preparou bem, nem dispunha de qualquer plano de *backup* quanto à questão da renovação. Portanto, deve o Governo exigir à Companhia de radiotáxis que apresente o calendário de transição desses 40%, tirar o ensinamento deste caso, estudar a proposta alternativa, ponderar a libertação do mercado dos radiotáxis, a fim de, mediante a introdução de concorrência, otimizar o serviço de transporte exclusivamente por chamadas, bem como ouvir a opinião pública sobre o conteúdo do contrato dos radiotáxis, permitindo assim a fiscalização da população.

Ao mesmo tempo, as infracções registadas nos serviços de táxis têm sido criticadas pelas pessoas, de entre as quais, a selecção ou a recusa de passageiros e a cobrança abusiva de tarifas, o que se regista com frequência. Os “serviços de táxi por chamada” proporcionados pelos táxis amarelos deixaram praticamente de existir. A existência das referidas infracções demonstra que falta em Macau controlo e regras sancionatórias eficazes, neste âmbito de serviços. Na zona antiga da cidade, as ruas são estreitas, o que dificulta a condução, por isso, muitos taxistas preferem não entrar aí para apanhar os passageiros e, em consequência, os cidadãos estão sempre preocupados com a dificuldade de apanhar táxi. Os serviços competentes devem pensar em introduzir o regime de “operação com agentes disfarçados” e o de controlo através de GPS, para reforçar a fiscalização de infracções e, além disso, devem simplificar os procedimentos relativos à apresentação de queixas de infracções relativas aos serviços de táxi, reprimindo estas últimas, enquanto maus aspectos existentes nesses serviços. Ao mesmo tempo, os serviços competentes devem, por um lado, fiscalizar os táxis

amarelos para que estes assumam a sua responsabilidade especial, que é proporcionar serviços às “zonas que registam falta de serviços de táxis” e aos “portadores de deficiência” e, por outro, devem actuar no sentido de elevar a qualidade dos serviços em geral e em particular os “serviços por chamada”, honrar a sua promessa de assegurar que os 60% dos táxis amarelos são destinados apenas para “serviços por chamada” e desviar gradualmente os restantes 40% para a mesma finalidade, bem como incentivar os táxis a circularem mais nas zonas antigas. Só assim será possível alcançar verdadeiramente a meta de os táxis estarem ao serviço dos cidadãos de Macau.

IAOD do Deputado Chan Meng Kam em 17.02.2014

Os problemas de não se conseguir apanhar táxi e a cobrança de tarifas excessivas durante o Ano Novo Chinês, a renovação do contrato dos táxis amarelos e os radiotáxis não prestarem serviços por chamada telefónica, na sua totalidade, continuam a ser alvo das críticas dos cidadãos e dos turistas. Na minha opinião, devido aos velhos problemas e à falta de conhecimento em relação ao desenvolvimento do trânsito de Macau após a transferência de poderes, registou-se uma falta sistemática e prolongada de planeamento dos mecanismos de concessão dos alvarás de táxis, e os respectivos diplomas legais, supervisão e sanções não produziram os seus devidos efeitos. O problema dos táxis vem-se arrastando ao longo dos tempos, pois “Roma não se fez num dia”. Estas confusões afectam a imagem de Macau enquanto cidade internacional de turismo e lazer, por isso, é necessário fiscalizar, com todo o rigor, os respectivos mecanismos de concessão, supervisão da legislação e aplicação de sanções.

Quase 15 anos após a transferência de poderes, os alvarás de táxis são concedidos como “se o Governo espremesse uma pasta dentífrica”, não contribuindo para resolver os problemas. Em Macau existem 1180 táxis, 650 são táxis pretos com alvarás permanentes e 100 são táxis amarelos com alvarás especiais, que foram concedidos antes da transferência de poderes. Em 2002, após a liberalização do jogo, o número de visitantes aumentou exponencialmente, mas nos primeiros seis anos após a transferência, o Governo não notou que o número de táxis não conseguia acompanhar o desenvolvimento socioeconómico. No 2.º semestre de 2005, o Governo da RAEM concedeu, pela primeira vez, 30 alvarás de táxis por um prazo de dez anos; em finais de 2006, 50 alvarás por oito anos; no 2.º semestre de 2007, 150 alvarás com prazo igual ao último. Após a concessão dos 230 alvarás de táxis nestes três anos, o problema de não se conseguir apanhar táxi ainda não se resolveu, antes pelo contrário, agravou-se. Os cidadãos e os turistas toleraram cerca de cinco anos e, em 2012, a Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego concedeu 200 novos alvarás de táxis por um prazo de oito anos, mas, passado mais de um ano, o referido problema ainda não foi resolvido.

A garantia legal dos interesses dos proprietários de táxis é um dos problemas que necessita de ser ponderado. O problema é que, após o Retorno à Pátria, foram emitidas 430 licenças com duração limitada, mas o preço das licenças de táxis vitalícias não sofreu qualquer diminuição, antes pelo contrário, os preços passaram a ser de 2,5 milhões, no início do Retorno, para 7 milhões, neste momento. E foram emitidas quatro vezes após o Retorno à Pátria, também não havendo descida de preço para obtenção das licenças com duração limitada, através de concurso público. No último concurso público foram emitidas 200 licenças de táxis, havendo 2127 propostas de adjudicação, e com isto ficámos a saber que a procura é forte.

Uma minoria da sociedade entende que a emissão de novas licenças de táxis vai afectar a exploração do sector em causa e até fazer descer o preço das licenças. Afinal, o que é que as autoridades pensam em relação a esta opinião da sociedade e à procura real do mercado? Sob uma visão objectiva, Macau é uma terra com poucas estradas, 600 mil habitantes e cerca de 30 milhões de turistas por ano. Procedendo a uma comparação com as cidades vizinhas e com experiência em turismo, o número de 1180 táxis é evidentemente insuficiente. Afinal, isto é verdade? Qual é a preocupação e o motivo de o Governo não emitir um número adequado de licenças para táxis? Se entender que a emissão de novas licenças vai causar mais pressão a nível de trânsito, comparando com o número total de 200 mil veículos motorizados, apenas acrescentar umas centenas de táxis vai ser mesmo um grande problema?

Os engarrafamentos de trânsito, o alto custo de exploração, a selecção dos passageiros, as reclamações pelas tarifas excessivas e a recusa de viagens parecem ser factores de um círculo vicioso para a exploração da actividade de táxis. As licenças concedidas pelo Governo são poucas e o número não corresponde às exigências do mercado, o que só resulta numa subida dos seus valores e alugueres. Actualmente, o aluguer de licença por um turno, isto é, doze horas, é de 380 patacas, se for dois turnos, o aluguer a pagar será pelo menos de 20 000 patacas por mês; o combustível e as despesas de reparação são à parte. Como o custo de exploração é alto, alguns taxistas optam por ser uma parte dos passageiros a suportar as respectivas verbas, cometendo as referidas irregularidades. Muitos taxistas referem que não querem aceitar uma viagem para as zonas antigas, uma vez que aí irão defrontar com muito trânsito e levar assim muito tempo. Para eles, tempo é igual a dinheiro. Caso uma viagem lhes custe dezenas de minutos, não compensará o custo e até poderão perder o lucro.

Não é difícil imaginar a situação dos taxistas, mas tudo isto que acima se disse não é uma justificação para eles fugirem à punição das leis. O Estado de Direito deve regular todos os actos de comércio nos termos da lei, só que, apesar de termos o Regulamento dos Táxis, certos preceitos legais nele previstos não estão actualizados. Entretanto, os serviços competentes não punem as irregularidades com rigor, nem procedem a fiscalizações eficientes, o que resulta na subsistência daquelas. As irregularidades de alguns taxistas já são alvo de críticas por parte dos turistas e residentes, o que afecta a imagem de Macau, por isso, o Governo deve lançar medidas para eliminá-las a todas.

O problema dos táxis de Macau não radica na questão de “táxis que prestam serviços por chamada” ou “táxis que se apanham na rua”, porque muitos “táxis pretos” funcionam por “serviço de chamada”. Mas quantas pessoas conseguem táxis por “serviço de chamada”? Assim sendo, proponho ao Governo para ponderar o seguinte: 1. Face às necessidades do futuro desenvolvimento socioeconómico, aperfeiçoar de forma contínua e global o sistema de transporte público; controlar de forma global o aumento de veículos motorizados; lançar de

forma adequada novas licenças de táxis, segundo o seu modelo de funcionamento e tendo em conta fundamentos científicos e visão prospectiva; e controlar o valor da licença e o valor do aluguer. 2. Obedecer rigorosamente ao espírito contratual aquando da renovação de contrato dos táxis amarelos; e liberalizar o respectivo mercado, quando os táxis amarelos não conseguem rentabilidade apenas com serviços de chamada, para que quem tiver capacidade consiga concorrer para prestar o referido serviço. 3. Rever o “Regulamento dos Táxis”, definir normas sancionatórias rigorosas, introduzir o regime de penalização por pontuação e medidas para suspensão de carta; 4. A maior parte dos taxistas que viola a lei e que continua a operar está apenas a praticar uma infracção administrativa, não estando a violar disposições penais, assim, do ponto de vista da execução da lei ao nível administrativo, propõe-se a adopção do método de “cartas marcadas” para a recolha de provas, e a aplicação da lei, por forma a reforçar a sua execução, acabando com o grupo de “ovelha tinhosas”, em prol da salvaguarda da imagem de Macau e da maior parte dos taxistas, junto dos residentes e turistas.

IAOD da Deputada Kwan Tsui Hang em 17.02.2014

Segundo os dados dos Serviços de Turismo, entraram em Macau no ano transacto mais de 29 milhões de visitantes, um aumento de 4% comparativamente a 2012, e a tendência é para haver cada vez mais visitantes durante os feriados. Segundo os dados do Posto Fronteiriço de Gongbei, do 1.º ao 7.º dia do Ano Novo Lunar, entrou em Macau 1 milhão de visitantes, dos quais mais de 60% eram residentes da China Continental, um aumento de 13% e 23%, respectivamente, em comparação com os números registados no ano anterior. Dada a grande aglomeração de visitantes do Continente no Posto Fronteiriço de Gongbei, a opção predilecta dos que aqui querem chegar, as autoridades chinesas adoptaram o sistema de passagem por grupos. Nas horas de ponta, levavam os visitantes 2 a 3 horas para concluir as formalidades de passagem. Em Macau, adoptou a Polícia, pelas mesmas razões, medidas de gestão do fluxo de pessoas, controlando o sentido da circulação, durante 4 dias consecutivos, na Avenida de Almeida Ribeiro.

Importa aqui referir que, com as experiências colhidas no ano transacto, os diversos serviços públicos planearam medidas de manutenção da ordem e segurança públicas, para evitar, e com êxito, a ocorrência de situações de caos. Contudo, a questão da sobrelotação da capacidade de acolhimento é também um tema que merece a atenção do Governo, devendo este encará-la seriamente.

O exponencial desenvolvimento, nestes últimos anos, do sector do jogo e turismo fez atrair a Macau um grande número de visitantes. Em resultado, a vida normal dos residentes sai prejudicada e a “pacatez” cidadina vai-se evaporando. Por isso, já há muito que alguém aponta o dedo, dizendo que a capacidade de acolhimento já rebentou pelas costuras. A visita em massa por altura das grandes festividades já é uma tendência, o que se traduz numa maior carga para os postos fronteiriços, transportes, estabelecimentos de comida e bebida e pontos turísticos.

Durante a época do Ano Novo Lunar, os passeios da Avenida de Almeida Ribeiro estavam apinhados de gente, e muitos cidadãos e turistas lamentaram a dificuldade de circulação pedonal, o que representa já um alarme para o futuro desenvolvimento. Prevê-se que, após a entrada em funcionamento da ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau e a conclusão da construção da 2.ª ronda dos projectos dos “resorts” de grande dimensão em 2016, muitos mais turistas visitem Macau. Se o Governo não traçar neste momento os planos e as políticas para responder ao desenvolvimento previsto, não só o posicionamento do Centro de Turismo e Lazer a nível mundial será impedido, como também a imagem turística de Macau sairá prejudicada! Neste sentido, numa perspectiva sustentável do nosso desenvolvimento económico, o Governo deve concretizar, quanto antes, o rumo de desenvolvimento de Macau enquanto cidade de turismo e de lazer, proceder a um estudo profundo da nossa capacidade de acolhimento de turistas, estipular a dimensão do desenvolvimento turístico e traçar planos com visão estratégica, no sentido de evitar uma sobrecarga da capacidade de turistas da RAEM e o produzir

de impactos irreversíveis para o desenvolvimento económico e turístico sustentável.

É de salientar que a indústria de turismo de Macau, com um livre desenvolvimento há muitos anos, tem já uma grande dimensão. Agora é o tempo oportuno para melhorar o actual modelo de desenvolvimento, uma vez que a RAEM dispõe já de boas condições, ou seja, os recursos da nossa singularidade cultural, para impulsionar a reconversão do mercado turístico e elevar a qualidade do desenvolvimento deste sector. A Directora dos Serviços de Turismo declarou que o aumento do número de turistas não foi alvo da nossa preocupação. Assim, não se viu o Governo adoptar medidas para responder à situação do grande aumento do número de turistas. Para além disso, verificou-se mesmo que há falta de diversificação da fonte de turistas de Macau, e os provenientes da China, Hong Kong e Taiwan atingem 90%, enquanto os de outros países e regiões reduziram 3%.

Desejo que o Governo comece quanto antes por proceder a um estudo sobre o planeamento global do desenvolvimento da indústria do turismo, nomeadamente, das questões relacionadas com a nossa capacidade de acolhimento de turistas e da diversificação da sua fonte. Para além disso, há ainda que estudar as vantagens trazidas a Macau pelo seu posicionamento enquanto cidade de turismo e de lazer e a diversificação da fonte de turistas, no sentido de atenuar as pressões sofridas quer no atendimento dos visitantes, nomeadamente, na passagem alfandegária, quer no trânsito de Macau.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 17.02.2014

O problema de não se conseguir apanhar táxi já persiste há muito tempo e, nestes últimos anos, a selecção de clientes, a recusa de serviços e a cobrança de tarifas excessivas estão a agravar-se, o que afecta as deslocações dos residentes e turistas e a imagem de cidade turística de Macau, e isto tudo deve-se à falta de regulação do sector em causa. É de admitir que muitos taxistas cumprem a lei, mas como as irregularidades registadas afectam a imagem de todo este sector, isso afecta também aqueles que a cumprem, por isso, exorto o Governo a aperfeiçoar o sistema jurídico e a sua supervisão, a fim de elevar a qualidade dos serviços de táxis.

Em termos de sistema jurídico, o regulamento de táxis vigente determina que a Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego (DSAT) é a única entidade competente para a execução da lei, ou seja, os agentes policiais não têm competência para a aplicação das sanções decorrentes das irregularidades dos taxistas. Os fiscais da DSAT não são suficientes e há dificuldades na recolha de provas, por isso, a execução da lei não produz os seus devidos efeitos, o que conduz alguns taxistas malfeitores a cobrarem, sem escrúpulo, tarifas excessivas, por isso, é necessário colmatar as respectivas lacunas e reforçar os instrumentos jurídicos, por exemplo, criar o regime de agente disfarçado para pôr fim às referidas irregularidades.

No âmbito da gestão, o Governo deve, tendo em conta as necessidades do desenvolvimento social e turístico, proceder ao reordenamento do desenvolvimento do sector dos táxis e otimizar o actual modelo de emissão de licença. O Governo deve aproveitar o *timing* da renovação da licença dos “táxis amarelos” para definir o posicionamento dos radiotáxis como “táxis especiais”, cujos destinatários são os residentes. O Governo deve, tomando como referência as experiências dos outros territórios, introduzir diversos sistemas ou plataformas de informações, estabelecendo, nos bairros antigos, as adequadas e suficientes paragens de “táxis especiais”, e construir as respectivas instalações complementares, para garantir que os residentes tenham acesso a esses serviços. O Governo deve, com base nisto, proceder ao aumento da quantidade das licenças de táxi e introduzir o modelo de gestão em regime de corporação, substituindo, de forma fundamental, o actual modelo de gestão em regime de exploração individual, a fim de impulsionar a concorrência leal e elevar a qualidade dos serviços em geral.

O Secretário para os Transportes e Obras Públicas, Lau Si Io, afirmou recentemente que “Seja por qual for o meio, o Governo vai ponderar, sempre que possa, aperfeiçoar a qualidade dos serviços de táxi.” Pelo exposto, espero que o Governo encare directamente a essência da questão, recorrendo a uma mentalidade inovadora e a medidas firmes para resolver a dificuldade em arranjar táxi.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 17.02.2014

Normalmente, Macau é, em média, visitada diariamente por cerca de 70 mil turistas. Durante os feriados, esse valor atinge os cerca de 150 mil e, em ocasiões como a Semana Dourada e o Ano Novo Lunar, até atinge os cerca de 250 mil por dia, ou seja, 2,57 vezes mais do que num dia normal. Segundo os dados dos Serviços de Migração do CPSP, entre a véspera e o 7.º dia do Ano Novo Lunar, registou-se, nos nossos postos fronteiriços, um total de 3 milhões e 116 mil passageiros, de entre os quais, 113 mil e 500 turistas, ou seja, um aumento de 6,66% em comparação com o período homólogo do ano anterior. A subida brusca do número de turistas tem contribuído para o rápido desenvolvimento económico de Macau, mas, em simultâneo, está a trazer aos nossos cidadãos, especialmente aos que moram nas zonas onde estão os pontos turísticos, influências prejudiciais cada vez mais graves.

Olhem: nas ruas, não há espaço para passar; nos autocarros, não se encontram espaço nem lugar para sentar; regista-se a cobrança de taxas excessivas pelos taxistas, e a necessidade de controlar o fluxo de passageiros nos postos transfronteiriços e nos diversos pontos turísticos. Tudo isto tem já um impacto muito negativo para os visitantes e para a vida dos residentes. Muitos residentes colocaram na internet fotografias dos postos transfronteiriços e da Avenida de Almeida Ribeiro, repletos de visitantes. Isto mostra que o número excessivo de visitantes tem grave impacto para a locomoção e a vida normal dos residentes, que não têm outra alternativa a não ser ficar em casa. Embora esta situação ocorra apenas nos feriados de grande importância, isto constitui já um grande desafio para a capacidade do acolhimento de visitantes desta cidade, ao nível de pontos turísticos, transporte e alojamento.

Segundo académicos, para criar um centro mundial de turismo e de lazer, há que fazer uma avaliação global da capacidade de acolhimento nas áreas do transporte, comer e beber e alojamento, havendo ainda não só que garantir a manutenção do ambiente natural dos pontos paisagísticos e das condições favoráveis aos turistas, como também impedir que sejam prejudicados os interesses dos residentes que moram nas zonas turísticas, não ultrapassando a tolerância dos residentes afectados pelo desenvolvimento do sector turístico. Actualmente, nos feriados e festas mais relevantes, os residentes têm dificuldade em sair de casa para passear nas ruas e há poluição sonora, o que tem uma influência muito grave sobre estes. Muitos residentes esperam que o Governo tome medidas, de forma mais activa, para garantir um ambiente de vida e repouso normal.

Na minha opinião, o Governo tem que prestar atenção aos seguintes três pontos:

Primeiro, no âmbito da capacidade de acolhimento, é necessário haver um mecanismo integrado de alerta e de resposta. Neste momento, o Governo já fez bastante trabalho para simplificar os procedimentos de controlo fronteiriço e de

fluxo de pessoas nos pontos turísticos. Porém, a capacidade de acolhimento está relacionada com os equipamentos e as infra-estruturas de transporte urbano, higiene e cuidados de saúde, e com a capacidade de recepção nas unidades hoteleiras e de restauração. Por isso, o Governo deve criar um mecanismo integrado de alerta e de resposta que abranja tanto os transportes como os sectores da hotelaria e restauração. É também necessário reforçar a capacidade de mobilização dos recursos, de execução das medidas, de redução do impacto da vinda de visitantes, monitorizando os resultados das medidas e o seu balanço. Por exemplo, nos dias feriados, as autoridades devem antes estabelecer a coordenação com as empresas e as associações, aumentando a capacidade de resposta dos diversos meios de transporte público.

Segundo, há que definir planos científicos para o desenvolvimento turístico e aprofundar a distribuição das pessoas pelas atracções turísticas. Neste momento, algumas estão sempre cheias e é preciso haver um controlo das multidões, enquanto outras estão vazias. Para tornar Macau num Centro Mundial de Turismo e de Lazer, é necessário criar mais elementos de lazer e de forma mais abundante, os turistas permanecerem nos pontos turísticos duas ou três horas, haver uma triagem dos visitantes, elevar a qualidade turística e até promover os negócios e a economia.

Terceiro, aquando do planeamento ou execução das políticas, é necessário intensificar a interacção com os cidadãos que estão afectos aos pontos turísticos e reforçar a sua participação. Nos feriados em que se verifica grande fluxo de pessoas, os direitos de muitos cidadãos são afectados. Neste caso, se não aumentar adequadamente o retorno económico que beneficie os cidadãos no âmbito do desenvolvimento turístico e se não se respeitar as opiniões dos cidadãos recolhidas através de auscultação, isto facilmente levará ao surgimento de conflitos sociais. Assim, o Governo, aquando da preparação e elaboração dos planos de alerta ou contingência no âmbito do turismo, poderá auscultar mais opiniões dos cidadãos afectos aos pontos turísticos e reforçar a participação da população na matéria.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 17.02.2014

Na sequência do desenvolvimento socioeconómico, o problema da formação de talentos é um assunto que tem sido discutido no seio da sociedade, nestes anos. Refere-se, no relatório das LAG do corrente ano, que vai ser construído um mecanismo eficiente de longo prazo para a formação de talentos e, ainda, que no início do ano é criada a Comissão de Desenvolvimento de Talentos, nos termos do despacho do Chefe do Executivo.

Como se costuma dizer: “o desenvolvimento social depende de talentos e a formação de talentos depende do ensino”, por isso, como é que o referido mecanismo se articula com o actual regime de educação e como é se pode rever o actual sistema de educação para que o mesmo promova a formação de talentos de forma eficaz, são assuntos que merecem estudos escrupulosos.

Os ensinos superior, não superior e profissional asseguram cada um determinado papel para a formação de talentos. Nestes últimos anos, foram lançados o “Planeamento para os próximos 10 anos para o ensino não superior” e “Políticas de Juventude”, entre outros. Porém, o diploma legal sobre o ensino superior foi promulgado há 20 anos, já não se adapta ao desenvolvimento da sociedade e das instituições de ensino superior. O diploma foi revisto há anos, mas ainda não foi lançado. Ao mesmo tempo, algumas leis relacionadas com o ensino superior, por exemplo, sobre as instituições académicas, diplomas, avaliação e estatuto de ensino, ainda não estão concretizadas, facto que dificulta a fixação de políticas completas para o ensino superior e afecta a coerência para a formação de talentos.

Na realidade, a impossibilidade de concretizar a inscrição conjunta para o ensino superior em Macau está muito relacionada com a falta de uma política no âmbito do ensino superior e de planeamento da formação de talentos. No meu entender, o Governo deve, para além das medidas referidas no Relatório das LAG, dar peso aos trabalhos do desenvolvimento na área da educação, aquando do estabelecimento dos mecanismos eficientes de longo prazo da formação de talentos e da Comissão de Desenvolvimento da Formação de Talentos. Por exemplo, é provável que os efeitos não sejam satisfatórios quando se conta apenas com uma determinada instituição de ensino superior para a formação do pessoal de saúde. O que é que acha de contarmos com várias instituições de ensino superior para tal formação? Será que as especialidades e os recursos pedagógicos disponibilizados pelas várias instituições de ensino superior estão articulados com o desenvolvimento socioeconómico?

É de notar que, numa sociedade de concorrência, a formação de talentos não deve depender, apenas, da educação, mas sim dessa competição. Quando o Governo reforça a educação dos jovens, acho que o que deve fazer é estabelecer os mecanismos para uma progressão razoável e criar um ambiente para concorrência justa, a fim de impulsionar a progressão dos jovens e proporcionar-lhes mais espaço para desenvolvimento.

Para assegurar que todos progredam de forma justa, é fundamental pôr termo à dependência do *background* e das relações para conseguir a progressão. Numa conjuntura da grande mudança social, o Governo da RAEM tem a responsabilidade de evitar que as diferentes classes sociais permaneçam imutáveis e de criar um ambiente social favorável para a progressão. É necessário permitir que os residentes, em particular os jovens, tomem consciência de que podem ter um “sonho de Macau”, isto é, seja qual for o *background*, todos têm oportunidade igual para progressão à custa do próprio esforço. Perante a possibilidade de progressão, quando o ponto de partida e as oportunidades forem iguais, todos podem alterar o seu próprio destino e o das famílias, através dos seus talentos e esforços. Se assim for, o desenvolvimento sustentado de Macau estará garantido, e a formação de talentos e o reforço de educação terão significado.

IAOD da Deputada Chan Hong em 17.02.2014

No início de Janeiro deste ano, o Governo divulgou o documento intitulado “Política de Juventude de Macau (2012-2020)” (adiante designado por “Política de Juventude”). A “Política de Juventude” constitui uma parte importante do mecanismo eficiente para a formação de talentos e a concretização eficaz da mesma é um trabalho importante a ser desenvolvido pelo Governo. Deve haver uma articulação entre a “Política de Juventude” e o mecanismo eficiente de longo prazo para a formação de talentos proposto pelo Chefe do Executivo e, no futuro, as matérias devem ser mais detalhadas e haver uma coordenação mais concreta. A selecção de talentos e a formação contínua dos mesmos devem iniciar-se na fase juvenil. As autoridades necessitam de criar plataformas, mediante mecanismos justos, para que os jovens que têm capacidades possam obter oportunidades de desenvolvimento, e ainda as diversas medidas de formação devem ser mais pormenorizadas. Entendo que o Governo deve desenvolver, em especial, as seguintes tarefas:

1. Criar um grupo interdepartamental e utilizar todas as forças da sociedade

A “Política de Juventude” define os jovens de Macau como tendo idades compreendidas entre os 13 e os 29 anos, e divide a camada juvenil em três grupos básicos: jovens estudantes, jovens trabalhadores e jovens que não se encontram a estudar nem a trabalhar. Como neste momento existem diferentes serviços responsáveis pela gestão desses três grupos básicos, também deve haver coordenação para o emprego juvenil. O Governo deve criar um grupo interdepartamental para efeitos de coordenação e de acompanhamento, a fim de garantir que a referida política possa obter resultados e ser concretizada.

Para resolver as várias questões complexas inerentes aos assuntos da juventude, implementando as medidas, sem sobressaltos, e alcançando os objectivos previstos, é essencial uma cooperação efectiva entre o Governo e a população. O Governo precisa de contar com os esforços da sociedade para verificar e resolver os problemas, e de fazer um planeamento estratégico para formação de talentos, definindo as várias políticas. Toda a sociedade deve também estar consciencializada das próprias responsabilidades sociais. Pelo exposto, o Governo deve considerar como pode reforçar a cooperação com as instituições educativas no âmbito do aconselhamento familiar e da educação comunitária, para os jovens terem a oportunidade, desde crianças, de serem cabalmente formados e de explorarem as potencialidades, a par de estabelecer uma base de dados de talentos. O Governo deve ainda envidar esforços para impulsionar o desenvolvimento diversificado da economia, disponibilizando mais informações ao nível do acesso ao emprego e da elevação da capacidade, criando mais condições para incentivar os jovens na progressão na carreira, a fim de os impulsionar a integrar-se na sociedade e a servi-la.

2. Envidar esforços na divulgação e pôr em prática os planos, otimizar o “Plano de Acção” e enriquecer os seus conteúdos.

Depois de conseguir o consenso e definir as políticas, o mais importante é fazer bem a divulgação e pôr em prática os planos. Perante os 3 tipos de jovens, os meios de divulgação devem ser diferentes. No meu entender, é necessário desenvolver, quanto antes, as acções de divulgação destinadas aos alunos do secundário e da universidade, e aos jovens em geral, de modo a permitir que conheçam o espírito e os conteúdos da “Política de Juventude” e para os ajudar a definir um plano de vida de longo prazo.

Neste momento, a “política de juventude” não é ainda suficientemente concreta nem pormenorizada. O Governo deve tornar mais detalhados os trabalhos de execução e determinar indicadores, bem como as tarefas e estratégias a realizar por fases.

O “plano de acção” para executar a política de juventude divide-se em curto, médio e longo prazo, com uma apresentação de 20 projectos, envolvendo cerca de 59 conteúdos de trabalho. Assim sendo, há que envidar mais esforços para concretizá-los e acompanhá-los um a um, o que não é uma tarefa fácil. Mais a mais, o pensamento dos jovens é activo, flexível e diversificado, assim, há que, em tempo oportuno, efectuar ajustamentos e inovar de forma contínua o referido “plano de acção”, tendo em conta as transformações e as necessidades dos diversos grupos de jovens durante as suas fases de desenvolvimento. Assim, os diversos serviços públicos do Governo e as unidades de apoio devem clarificar as suas competências, dividir as tarefas de forma minuciosa e assumir as suas próprias responsabilidades, em prol do desenvolvimento adequado dos diversos grupos juvenis.

3. Avaliação e revisão atempada e aperfeiçoamento contínuo

Neste momento, são insuficientes os canais que permitem aos jovens participar na sociedade. Espero que o Governo consiga alargar os “caminhos de apresentação de opiniões”, ouvir mais as ideias dos jovens, maximizar as sinergias positivas destes, e cultivar neles valores morais correctos e atitudes positivas.

O período de execução da “política de juventude” vai de 2012 a 2020, um período de 8 anos. Assim, o Governo deve criar mecanismos de avaliação e fiscalização aperfeiçoados, fazer bem os seus planos para a concretização dos projectos que vêm a seguir, divulgar em tempo oportuno o que vai efectuar e o ponto de situação dos seus trabalhos, ajustando-os de forma flexível.

Perante novas oportunidades e desafios, é necessário o apoio e a colaboração de toda a sociedade.

IAOD do Deputado Sio Chi Wai em 17.02.2014

Em 2013, registaram-se cerca de 29 milhões e 300 mil turistas. Macau tem apenas uma área de cerca de 30 quilómetros quadrados e a sua capacidade de acolhimento enfrenta, necessariamente, um desafio. Com o crescimento constante do número de turistas nos últimos anos, o referido problema fica cada vez mais grave. Neste Ano Novo Chinês, as situações do ano passado voltaram a ocorrer, houve uma cheia de pessoas nos principais postos fronteiriços e lugares turísticos situados no centro da cidade, os taxistas exigiram tarifas excessivas, não pararam nos lugares adequados e recusaram-se a prestar serviço, etc. Segundo as opiniões, espera-se que o Governo avalie, com a maior brevidade possível, a capacidade de acolhimento de Macau e tome medidas de resolução. Não é raro acontecerem as referidas situações nos feriados e festas longos, portanto, o Governo deve ganhar experiência no sentido de actualizar medidas ou implementar novas, atempadamente, na área da gestão e planeamento, tendo em conta a realidade social. No período do Ano Novo Chinês, na Avenida de Almeida Ribeiro, foi tomada, pela primeira vez, a medida de controlo da circulação de peões num único sentido, o que merece o nosso elogio e aplauso. Embora alguns peões precisassem de dar uma volta, a ordem foi bem mantida e a referida medida atingiu o objectivo de garantir a segurança de peões e evitar acidentes que poderiam ter ocorrido em situações de confusão.

Macau é uma cidade turística, por isso, não se deve apenas pensar em restringir a quantidade de turistas. O Chefe do Executivo afirmou há dias que o Governo vai continuar a estudar a capacidade de Macau no acolhimento de turistas e a estar atento à sua quantidade, para perceber se irá, ou não, causar prejuízos à qualidade de vida dos residentes de Macau. Salientou também que mais turistas não é o que se pretende; a atenção deve ser focada na duração da permanência destes, no seu grau de satisfação e na capacidade de recepção das infra-estruturas de Macau. O Governo envidou esforços para reforçar as políticas turísticas e os serviços da pasta do turismo, e, nessa sequência, os demais serviços públicos atraíram turistas através da organização de grandes eventos ou festivais, por exemplo, o Grande Prémio, o Concurso internacional de fogo-de-artifício de Macau e o festival de gastronomia, entre outras. Mais ainda, ao mesmo tempo, mediante a divulgação de itinerários turísticos de lazer, efectuaram a triagem de turistas, recorreram a decorações de luzes para aumentar o efeito das festas e adoptaram medidas de contingência, consoante a modificação da situação, a fim de salvaguardar a segurança dos turistas. Podemos observar que o Governo e os demais serviços competentes envidaram esforços para promover e divulgar o turismo de Macau, além disso, efectuaram repetidamente várias experiências novas, através da adopção de medidas para diversificar o turismo de Macau, e procederam à melhoria dos trabalhos de

organização que contribuíram para alargar a fonte de turistas. Veja-se o exemplo dos balcões de venda de fogos-de-artifício, em que alguns proprietários afirmaram que o volume de negócio foi muito melhor do que no ano passado e muitos dos clientes vieram com a sua família. O Governo adoptou uma nova linha de pensamento na elaboração de políticas, o que merece de facto apoio, e espera-se que, no futuro, continue a assumir este modelo de pensamento para fazer face às modificações que decorrem da nova conjuntura.

Face ao aperfeiçoamento da rede rodoviária pública e da ferrovia interurbana Guang-zhu, à conclusão em 2016 da ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, à implementação faseada do plano de desenvolvimento da Ilha de Hengqin, à conclusão em 2015 e 2016 de diversas obras de grande dimensão no COTAI, e ao aceleração dos passos de cooperação regional, ou seja, numa conjuntura com essas vantagens, a atractividade de Macau vai elevar-se, e o fluxo de passageiros e mercadorias vai de certeza aumentar. Face a essas transformações registadas na nova conjuntura, o Governo necessita de ter visão prospectiva e capacidade de previsão, e ter tudo preparado para enfrentá-las. A nova conjuntura vai trazer oportunidades e novos desafios. Se se não conseguir resolver quanto antes os actuais problemas sociais, quando aparecerem no futuro novos problemas, o tempo que se vai gastar na sua resolução vai aumentar e os problemas vão tornar-se mais complicados, o que não é de forma alguma benéfico para o desenvolvimento de Macau. Para além dos esforços do Governo da RAEM, as empresas locais em si devem também adaptar-se à nova conjuntura, isto é, reforçar a sua gestão e adoptar estratégias para oportunidades e desafios; os jovens não necessitam de ter medo da concorrência, devem seguir sempre em frente e estar verdadeiramente preparados para enfrentar a competição decorrente do mercado laboral local e da cooperação regional; e os residentes devem adaptar-se às transformações registadas na vida quotidiana decorrentes da cooperação regional.

Para fazer face aos novos desafios e oportunidades, os residentes exigem ao Governo que tenha um pensamento inovador, de que não só o Governo da RAEM deve dispor, mas sim toda a sociedade. Citemos o exemplo do reconhecimento das cartas de condução: a sociedade continua a preocupar-se que isso possa suscitar diversas questões sociais, embora o Governo já tenha afirmado que o reconhecimento das cartas não significa que os veículos da China Continental possam entrar no território sem limitações, comprometendo as oportunidades de emprego dos residentes. Devemos reflectir numa coisa: através de projectos-piloto, no futuro, só os veículos com matrícula de Macau é que vão ter permissão para entrar na Ilha de Hengqin. Caso as cartas de condução não sejam reconhecidas reciprocamente entre Macau e a China Continental, é provável que os residentes precisem de tirar novamente a carta ou de cumprir várias formalidades para conduzir nessa Ilha, e esta prática será mesmo obsoleta. Quando a Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau estiver pronta, enfrentamos então a mesma questão. Por isso, não precisamos de ter um pensamento inovador

apenas para ver a questão da capacidade de tratamento da cidade, pois este também é necessário para fazer face aos novos desafios e oportunidade. Para este efeito, precisamos ainda do apoio, da compreensão e da colaboração de toda a sociedade.

IAOD do Deputado Lau Veng Seng em 17.02.2014

À medida que a economia de Macau se vai desenvolvendo, são sucessivas as obras de infra-estruturas de grande envergadura e os fundos provenientes do exterior têm vindo a causar um grande impacto para o sector imobiliário local. Sabemos que antes do retorno à Pátria já era pouca a oferta de habitação, tanto do sector público como do privado. Hoje em dia, sendo a procura maior do que a oferta, creio que os preços dificilmente baixam.

Para resolver a questão de habitação dos residentes que têm essa necessidade, o Governo tem implementado, nos últimos anos, uma série de medidas e publicado várias leis, começando com as 10 medidas de 2010 até às 8 do ano passado, todas lançadas pelo Secretário Lau. A Assembleia Legislativa aprovou, no ano passado, a Lei de Terras, a Lei do Planeamento Urbanístico, a Lei de Salvaguarda do Património Cultural, a Lei da Actividade de Mediação Imobiliária e o Regime Jurídico de promessa de transmissão de edifícios em construção, entre outras. Para além disso, ainda no ano passado, o Governo concluiu a construção das 19 mil habitações públicas e concedeu terrenos que reuniam os requisitos para a construção de habitações privadas, para o sector imobiliário ter um desenvolvimento saudável. As autoridades competentes referiram que os regulamentos administrativos complementares da Lei do Planeamento Urbanístico já estavam praticamente finalizados, e que seria criado muito em breve o respectivo Conselho, pois o Governo envidaria todos os esforços para que a Lei do Planeamento Urbanístico e seus diplomas complementares entrassem em vigor em simultaneidade com as outras duas leis. Adiantaram, ainda, que estão a acompanhar de perto a situação do sector imobiliário, esperando que este tenha um desenvolvimento saudável.

Embora, há já vários anos, o Governo se encontre a lançar “medidas picantes” para o efeito, segundo os dados estatísticos, apesar de o número de transacções de fracções ter diminuído, o certo é que o preço, em vez de baixar, subiu. O preço mantém-se em alta, por o mercado estar ainda numa fase de ajustamento para se articular com estas medidas, e por os compradores e vendedores estarem ainda a observar. Para além disso, antigamente, devido à falta de legislação que melhor regulasse a utilização dos recursos de terrenos, muitos não foram melhor aproveitados. O processo para a autorização de construção de um prédio, nomeadamente, a apreciação e autorização dos projectos, era mesmo demasiado complicado, o que conduziu a que muitos lotes concedidos estejam devolutos há muito tempo. Ademais, muitos recursos de solos foram anteriormente utilizados para a construção de habitações públicas, reduzindo-se assim a oferta de imóveis no mercado privado, por isso, o ajustamento do preço dos imóveis de Macau foi adiado.

Pelo exposto, sou da opinião que, após a entrada em vigor das Leis de Terras, do Planeamento Urbanístico e de Salvaguarda do Património Cultural, e depois da aplicação e coordenação entre as respectivas legislações e os Regulamentos

complementares, as referidas situações vão, a par e passo, “carburar melhor”. Mais, o Governo vai continuar a implementar a política da prevalência das habitações sociais sobre as económicas, a otimizar as funções e a finalidade das habitações públicas e, no futuro, com a legislação otimizada, haverá um aumento substancial de terrenos disponíveis. O Governo referiu ainda que vai reservar uma parte dos terrenos dos futuros cinco novos aterros para a construção de casas para os residentes de Macau. Para os residentes terem casa própria e dar resposta às necessidades, no futuro, vai haver mais apartamentos à disposição, quer fracções públicas quer privadas. Tendo em conta os factores de instabilidade económica mundial, será difícil os residentes preverem os valores das habitações, pelo que os residentes em geral não devem estar apavorados, pois devem avaliar as suas capacidades antes de suportar os encargos. Por outro lado, espero que o Governo finalize o mais depressa possível os Regulamentos Administrativos e os trabalhos dos respectivos Conselhos referentes às Leis de Terras e do Planeamento Urbanístico e, quando essas leis entrarem em vigor, comece de imediato os referidos procedimentos, finalizando rapidamente o Plano Director, para que mais terrenos sejam aproveitados, o mais rápido possível, assim como planeando melhor o aproveitamento dos futuros terrenos. Deve ainda definir um calendário de disponibilização e aproveitamento dos terrenos, e divulgar atempadamente os que estão em condições de ser aproveitados, com vista a que os residentes e as outras pessoas estejam a par da situação dos terrenos e das habitações de Macau, com o objectivo de os residentes poderem planear a compra de uma casa, evitando assim conflitos derivados da incorrecção da distribuição de recursos. Por fim, espero também que o Governo, para além de investir futuramente nas habitações públicas, equilibre ao mesmo tempo o fornecimento de habitações no mercado privado, aumente a eficácia da autorização das licenças de construção, e melhore os mecanismos e procedimentos deste mercado, no sentido de encontrar um equilíbrio mútuo entre habitações públicas e privadas, com o objectivo de melhorar a actual situação e eliminar as preocupações da população quanto às necessidades de habitação.

Intervenção do Deputado Zheng Anting em 17.02.2014

O Governo implementou, em 2009, o “Plano Provisório de Apoio Financeiro para Reparação das Instalações Comuns de Edifícios Baixos”, a fim de incentivar os proprietários a efectuar reparações. No início deste mês, através do Despacho do Chefe do Executivo n.º 16/2014, publicou-se a prorrogação do prazo de candidatura à concessão de apoio financeiro deste plano provisório por mais um ano, ou seja, até 9 de Fevereiro de 2015. Mas o âmbito de aplicação desse plano abrange apenas os edifícios com sete ou menos pisos e com trinta anos ou mais, o que é pouco abrangente. Nos últimos anos, registaram-se muitos casos relacionados com a segurança estrutural dos edifícios, o que demonstra a necessidade urgente de reparação e manutenção mesmo dos edifícios menos antigos.

Face ao rápido desenvolvimento económico dos últimos anos e à conclusão sucessiva de novas construções, prevê-se que, na próxima década, o número de edifícios com trinta anos ou mais aumente de forma significativa e, nessa altura, mais edifícios vão estar envolvidos em questões de reparação e gestão ou até, muito provavelmente, passar a ser uma bomba que pode rebentar a qualquer hora, isto é, um risco oculto para a segurança de um bairro comunitário, pondo em risco a segurança pública. Mais a mais, sabe-se que os edifícios com menos de 30 anos poderão provavelmente, por motivo da qualidade da construção, envelhecimento dos materiais, insuficiência de reparação ou manutenção, etc. apresentar riscos de desabamento de paredes, portas, janelas, etc. Face a estas situações, solicito ao Governo que dê a devida atenção ao assunto, crie quanto antes diplomas legais sobre a administração imobiliária e aperfeiçoe a gestão dos edifícios. Para além disso, deve ainda reforçar as funções dos grupos de trabalho especializados interdepartamentais, reforçar as vistorias aos edifícios mais antigos de todas as zonas, efectuar análises segundo o real grau de envelhecimento dos prédios, criar um regime de avaliação de riscos, por forma a detectar atempadamente os problemas, e intervir, por sua iniciativa, nos respectivos trabalhos. Proponho ao Governo que alargue algumas das regras desse plano provisório de apoio financeiro, reduzindo para 25 anos a idade dos edifícios, e concedendo o respectivo apoio financeiro consoante o grau de envelhecimento dos prédios e os riscos de segurança pública, por forma a incentivar os pequenos proprietários a efectuar as respectivas reparações.

Segundo os dados mais actualizados facultados pelo Instituto de Habitação, até 31 de Dezembro de 2013, o número registado de pedidos de financiamento foi de 2158, e o número de pedidos acumulados autorizados atingiu os 1 986. Actualmente, existem em Macau mais de 4000 prédios de finalidade comercial ou industrial, por isso, os efeitos produzidos não foram tão bons quanto se previa. As zonas antigas que compreendem o lao Hon, a Praia do Manduco e o San Kio contêm vários prédios antigos, no entanto, estes revelam falta de conservação ou reparação. Esta situação surge por existirem dificuldades para recolher a maioria das assinaturas dos proprietários ou para criar a assembleia de condóminos. Face

à situação, sugiro que os serviços competentes actuem por sua própria iniciativa, no sentido de apoiar os proprietários na resolução das questões e, ao mesmo tempo, devem alargar o âmbito do financiamento às instalações das partes comuns dos edifícios, por exemplo, para substituir janelas ou instalar barras e pegas de apoio, entre outras instalações facilitadoras da entrada e saída de idosos. Obrigado!

Intervenção da Deputada Chan Melinda Mei Yi em 17.02.2014

O Governo, no ano de 2003, por altura da recessão económica, já estava a planear o desenvolvimento das indústrias culturais e criativas, esperando, após a remodelação da zona de S. Lázaro, definir o seu posicionamento como zona de indústrias criativas. Mas já se passaram cerca de 10 anos, o desenvolvimento socioeconómico de Macau sofreu grandes transformações, mas as indústrias culturais e criativas encontram-se ainda em fase de germinação, pois o seu progresso acabou por não conseguir acompanhar o desenvolvimento social. Receia-se, então, a sua transformação numa indústria propriamente dita. No futuro, o como apoiar essas indústrias é uma questão que merece a reflexão do Governo e da sociedade. Os diversos sectores esperam que o Governo da RAEM, como pioneiro, crie o mais rápido possível um parque para as indústrias culturais e criativas de Macau, por forma a disponibilizar-lhes uma plataforma de desenvolvimento. Na realidade, a criação dessa zona poderá trazer diversas vantagens, que incluem:

1. Apoio mais prático às indústrias culturais e criativas

Actualmente, em Macau, não faltam produtos e talentos com qualidade, no âmbito das indústrias culturais e criativas. Mas, face ao aumento brusco das rendas, as instituições que sobrevivem à custa da venda de pequenos produtos dessas indústrias não conseguem suportar esse encargo. Assim, o parque para as indústrias culturais e criativas a criar por iniciativa do Governo tem de ter como opção, logo no início, cobrar rendas baixas e, de seguida, esperar pela consolidação das bases daquelas e efectuar um ajustamento às rendas, facto que poderá directamente aliviar os seus encargos. Ainda mais, se o Governo efectuar publicidade e divulgação, poderá aumentar a atractividade do parque. Logo, a criação de mais fontes e a poupança nas despesas dessas instituições, levadas a cabo pelo Governo, é uma forma prática de apoiar essas indústrias.

2. Reunir os profissionais do sector para um aumento de nível

Por motivos do custo e da falta de espaços disponíveis, a maior parte dos profissionais das indústrias culturais e criativas produz e expõe os seus artigos em edifícios de fins industriais. Como estes sítios estão dispersos, é difícil criar o hábito dessa arte no seio da sociedade. A criação de um parque específico para as indústrias culturais e criativas pode reunir os seus profissionais e, para além de trazer vantagens para o ambiente de negócio, pode também aumentar o nível destas indústrias em Macau. Os profissionais locais podem ainda aproveitar o parque para convidar os do exterior para virem a Macau trocar opiniões, no sentido de promover a correspondência destas indústrias ao nível mundial.

3. Oferecer uma plataforma para os diversos espectáculos

Em Macau, há muitos amadores de arte e respectivas associações, por exemplo, fotografia. É lamentável que lhes falte uma plataforma para que a sua arte seja conhecida pelo público. Ora, a criação do parque das indústrias culturais e criativas pode resolver realmente o problema da falta de um local de espectáculos e de sítio para treino, oferecendo-lhes assim uma plataforma.

4. Promover a diversificação dos elementos turísticos

O Governo está sempre a falar da necessidade de diversificação dos elementos turísticos: o parque das indústrias culturais e criativas pode ser mais uma opção para os visitantes, acrescentando assim elementos turísticos e criando mais pontos de atracção em Macau.

IAOD do Deputado Ma Chi Seng em 17.02.2014

SUGESTÕES SOBRE POLÍTICA RELATIVA A TALENTOS

Senhor Presidente,
Caros colegas,

A procura de talentos em diversas áreas tem vindo a aumentar com o rápido crescimento da economia de Macau após a transferência de poderes. No Relatório das Linhas de Acção Governativa (LAG) para 2014, o Chefe do Executivo referiu constantemente a necessidade de formação de talentos e, em Janeiro, o Governo anunciou a criação da Comissão de Desenvolvimento de Talentos. Assim, pode-se ver que essa formação representa uma prioridade da acção governativa para este ano. O facto de o Governo ter criado a referida Comissão, pouco depois da divulgação desta política nas LAG, demonstra a determinação do Governo em formar talentos. O facto de o Chefe do Executivo presidir a essa Comissão irá contribuir para integrar os recursos administrativos e mobilizar para esta política os serviços públicos da RAEM. Devemos de facto reconhecer este esforço das autoridades. Para o efeito, gostaria de apresentar algumas sugestões:

Primeiro, a criação da Comissão de Desenvolvimento de Talentos representa apenas o primeiro passo da política de formação de talentos. Espero que esta comissão consiga desempenhar a função de definir e coordenar planos, não se limitando a realizar algumas consultas e recolhas de opiniões. Definidos os projectos por esta Comissão, estes podem ser implementados em conjunto pelos serviços competentes, associações, empresas e escolas.

Segundo, quanto ao modelo de selecção de talentos, ainda se desconhecem os respectivos pormenores. Na sociedade, ouvem-se muitos comentários sobre este assunto, por exemplo, qual a definição do conceito de talentos, quem irá definir os critérios dessa definição e seleccionar os talentos e como garantir a justiça nessa selecção. Na minha opinião, o Governo deve fixar os critérios objectivos para a definição do conceito de talentos e sua selecção de acordo com a realidade social de Macau. Estes critérios poderão incluir, por exemplo, o “background” profissional, a influência do sector de actividade, as habilitações académicas e conhecimentos linguísticos, a experiência profissional e o contributo à sociedade. Deste modo, apenas se consegue a justiça se a selecção de talentos se efectuar com base nesses critérios e com abertura, transparência e imparcialidade. Pode-se formar um júri de avaliação constituído por individualidades do Governo e de sectores profissionais, académicos e sociais, para a selecção de talentos segundo o princípio de justiça e igualdade.

Terceiro, o Governo referiu três programas: “programa de formação de elites”, “programa de estímulo aos quadros qualificados e especializados” e “programa de incentivo aos quadros técnico-profissionais”, mas não publicou o seu conteúdo concreto. O Governo deve dar, com a maior brevidade possível,

uma abordagem sobre os seus pormenores, para que esses programas correspondam à estratégia da construção de um “centro” e de uma “plataforma”, e à necessidade do desenvolvimento em geral. Para pôr em prática esses três programas, Macau tem falta de órgãos de formação especializada, portanto, o Governo pode colaborar com órgãos e escolas experientes no exterior para organizar a respectiva formação, tendo em conta a necessidade de talentos de áreas e categorias diferentes.

Quarto, a formação de talentos não pode concretizar-se de um dia para o outro. O Governo tem que criar um mecanismo eficiente de longo prazo para a formação de talentos da RAEM, com base em vários estudos. Para além dos referidos programas, é necessário dar importância ao planeamento educativo e aumentar, progressivamente, o investimento de recursos no jardim infantil, e nos ensinos primário, secundário e superior, bem como na educação contínua.

Em conclusão, a formação de talentos é um trabalho de longo prazo, os programas têm que ser especializados e os destinatários da formação não podem ser apenas de uma determinada área. A referida política deve ser concretizada o mais rápido possível e mantida por um longo prazo. Espero que, através da concretização da política de talentos, o Governo da RAEM consiga resultados e concretize, por conseguinte, “um país dois sistemas” e Macau “governado pelas suas gentes”, construindo uma base sólida para o desenvolvimento sustentável da RAEM.

Obrigado.

IAOD do Deputado Tsui Wai Kwan em 17.02.2014

A falta de mão-de-obra continua no nosso mercado laboral. Em 2013, a taxa de desemprego foi de 1,8%. Pode dizer-se que é impossível haver uma taxa mais baixa do que esta. Segundo o Boletim de Estudos Monetários da AMCM: “devido ao ritmo de criação de emprego ter ultrapassado o crescimento da oferta de trabalho, a taxa de desemprego manteve-se abaixo de 3% durante 15 trimestres consecutivos”. O problema da falta de mão-de-obra afectou durante vários anos a exploração das PME e limitou o desenvolvimento saudável de Macau. Embora os operadores do sector e vários académicos entendam que o aumento da importação de mão-de-obra é uma estratégia de curto prazo viável, a política de trabalho do Governo continua a ser pressionada pelo sector laboral, por isso, muitas PME nunca conseguiram livrar-se das dificuldades criadas por essa falta.

Existe algum desentendimento sobre a importação de mão-de-obra, pois há quem ache que os trabalhadores importados estão a enfraquecer as oportunidades de trabalho, de negociação do salário com a parte patronal e de promoção dos residentes. Mas, basta observar a situação económica e o mercado laboral dos últimos 10 anos, para ficar comprovado que essas preocupações são meramente um desentendimento.

Em termos de oportunidades de emprego, em Macau a oferta é maior do que a procura. O número de trabalhadores não residentes (TNR) ultrapassou os 130 mil, devido ao acelerado desenvolvimento económico nestes últimos dez anos, que criou muitos novos postos de trabalho, nomeadamente para a camada de base. As empresas dificilmente conseguem arranjar locais em número suficiente para preencher estes lugares, e muitas delas não têm outro remédio senão recorrer a procedimentos complexos para o recrutamento de TNR, e, para além de terem de suportar salários semelhantes aos dos locais, terão ainda de suportar os eventuais riscos decorrentes da sua contratação.

Em termos de promoção na carreira, as oportunidades dos locais são maiores, visto que a maioria dos postos de trabalho da camada de base são assumidos por TNR. A população desempregada de Macau é de 6800 pessoas e, mesmo que todas consigam ingressar no mercado de trabalho, em comparação com os 130 mil lugares ocupados pelos TNR, a oferta continua maior do que a procura, e assim não dará para sustentar a economia, a mediana do salário não conseguirá atingir as 15 mil patacas e o PIB não vai crescer anualmente. Como há falta de recursos humanos, os salários dos locais têm vindo a registar aumentos constantes. Assim, como é possível que os TNR tenham influência nos salários destes?

Face às situações expostas, verifica-se que os TNR contribuem para o desenvolvimento económico, por isso, devem ser valorizados. É certo que devemos prestar atenção às oportunidades de emprego e aos salários dos locais. Para alcançar os objectivos, a forma mais adequada é elevar a sua

competitividade através do reforço das capacidades de trabalho e atitudes, e não se deve imputar as responsabilidades aos TNR.

Segundo o referido relatório de análise, Macau está perante certas limitações relativamente à oferta (de trabalhadores e de solos), o que pode impedir, a médio prazo, o crescimento económico da RAEM, entretanto, o mecanismo eficiente de longo prazo para a formação de talentos, o qual vai ser implementado em breve, poderá aumentar, a longo prazo, a capacidade produtiva de Macau. Para já, Macau precisa apenas de importar mão-de-obra para a construção de infra-estruturas e deve ainda aproveitar o investimento e a ocasião da cooperação regional, com o objectivo de aumentar a oferta de trabalhadores e de solos. É inequívoco que Macau, cuja economia é dominada pelo sector da prestação de serviços, precisa de trabalhadores suficientes para assegurar a qualidade dos serviços prestados, favorecendo assim a construção do centro mundial de turismo e lazer. Para além disso, Macau ainda precisa de trabalhadores de diversas indústrias, para preencher assim as condições para a promoção da diversificação adequada da economia. Por exemplo: se faltarem motoristas profissionais, o desenvolvimento do sector logístico irá ser absolutamente afectado e, conseqüentemente, as vagas para os trabalhadores locais não poderão aumentar.

A importação de trabalhadores tem um significado enorme, pois a política laboral relativa a certas profissões, por exemplo, motorista e *croupier*, entre outras, deve ser novamente apreciada e planeada. Esta questão já não se limita a versar a protecção dos trabalhadores locais ou não, mas a capacidade concorrencial de Macau e o seu desenvolvimento sustentável, por isso, devemos ponderar isto tudo.

IAOD do Deputado Chui Sai Peng em 17.02.2014

Face à unilateralidade da economia e para dinamizar a sua diversificação, propôs o Governo, nas LAG para 2010, a promoção de novas indústrias, nomeadamente as culturais e criativas. Porém, para que uma nova indústria se implante, é preciso ter determinação, recursos e tempo, porque a sua concretização é demorada. Por isso, é irrealista pensar obter resultados económicos num curto espaço de dois a três anos. Embora não sejam ainda palpáveis os resultados, a verdade é que tanto o Governo como os interessados têm dispensado, ao longo desses quase quatro anos, um grande esforço para preparar políticas e criar ambiente.

Montaram-se, primeiramente, as estruturas de execução, criando, em 2010, o Conselho para as Indústrias Culturais e Criativas e o Departamento de Promoção das Indústrias Culturais e Criativas no Instituto Cultural e, em finais do ano transacto, o Fundo das Indústrias Culturais. Segundo os planos do Governo, o Instituto Cultural responsabiliza-se pela promoção a montante e o Fundo das Indústrias Culturais a jusante, ou seja, a fase de conversão industrial, enquanto o Conselho para as Indústrias Culturais e Criativas fica com a vertente de conselheiro, dando o seu *feedback*. Portanto, cada uma dessas três entidades tem as suas próprias funções, formando assim uma cadeia de três elos, enquanto estrutura dinâmica de execução política.

Em segundo lugar, deve-se melhorar gradualmente as respectivas políticas. O Instituto Cultural apresentou, em 2010, o quadro preliminar das políticas para o desenvolvimento das indústrias culturais, que abrangia 8 ramos de actividade como pontos experimentais. Esse acto conseguiu mobilizar, com sucesso, o entusiasmo para as actividades em causa, estabelecendo, desta forma, uma boa base para o desenvolvimento das indústrias culturais em Macau. O Conselho das Indústrias Culturais, após estudos e análises seguidas de vastos contactos com os operadores do sector, apresentou sugestões sobre o plano de posicionamento e as respectivas políticas das indústrias culturais em Macau.

Na reunião plenária do Conselho, realizada na semana passada, os representantes do Governo revelaram que, com base na experiência obtida nos últimos três anos e no seguimento das políticas inicialmente definidas, foram acolhidas as sugestões do Conselho, pelo que seria definido um enquadramento para o desenvolvimento das políticas culturais, que clarifica os objectivos pretendidos, bem como o posicionamento e classificação das indústrias culturais e as respectivas medidas a serem implementadas, no intuito de traçar um rumo mais claro de desenvolvimento dessas indústrias. Este quadro vai surtir efeitos de piloto para o saudável desenvolvimento das nossas indústrias culturais.

Quando referimos que temos tudo, é porque existe uma estrutura completa, um desenvolvimento macro político, o apoio dos recursos financeiros do Governo e o grande entusiasmo do sector. Mas ainda é preciso percorrer um longo caminho

para as indústrias culturais poderem evoluir da etapa de “rebento” para a etapa “madura”. Pelo exposto, sugiro ao Governo que no processo de promoção do desenvolvimento das indústrias culturais tenha em conta dois pontos:

1. A relação e os trabalhos a efectuar entre o Governo e o mercado.

Para promover uma nova indústria emergente é necessário apoio e políticas do Governo. Mas, afinal, o que temos de apoiar? Como? Qual é a força da política a apoiar? Tendo em conta a experiência, no passado, em relação às indústrias tradicionais e, no caso mais recente, às indústrias do jogo, o Governo deve assegurar estes apoios com maior precisão e trabalhar só naquilo que é necessário. Mais, a sociedade deve ainda ter expectativas adequadas em relação à posição do Governo quando este promove o desenvolvimento das indústrias culturais. De facto, o desenvolvimento das indústrias é diferente do desenvolvimento de uma profissão, pois as indústrias devem respeitar as regras do mercado, e só as indústrias e os produtos que conseguem passar pelo teste do mercado é que conseguem sobreviver com sustentabilidade e “amadurecer”.

2. Coordenação entre os Serviços e articulação com as políticas

A indústria cultural é uma indústria relacionada com muitos sectores, ou seja, para além da cultura própria, está ligada ainda à economia, à educação, ao planeamento urbanístico, ao turismo, à tecnologia científica, etc. Neste sentido, é muito importante que a promoção do desenvolvimento da indústria cultural, para além de política nuclear nesta área, se articule com as políticas ligadas aos outros sectores. Considerando que a indústria cultural é uma nova indústria, que o Governo vai dar importância à sua promoção e que neste momento os critérios de classificação e estatística das indústrias inerentes estão ainda em branco, assim como falta ainda a articulação com a educação, a formação, o incentivo nos impostos e taxas para o efeito, é necessário que tudo isso tenha de ser agendado quanto antes para a devida discussão. Não restam dúvidas de que tudo isto conta mesmo com a cooperação eficaz entre os serviços dos diferentes Secretários para se conseguir atingir os efeitos desejados.

A combinação eficaz da cultura e da indústria conta com as políticas e medidas adequadas a lançar pelo Governo e com o investimento das empresas, acreditando-se que a indústria cultural acabe por se desenvolver como um dos elementos relevantes para impulsionar a diversificação adequada da nossa economia.

IAOD do Deputado Ng Kuok Cheong em 17.02.2014

O novo ano teve início há pouco, mas a Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego já apresentou uma tarefa feita de forma insatisfatória. O Director destes Serviços afirmou publicamente que o novo contrato de radiotáxis seria celebrado sob as condições da prestação exclusiva de serviços de táxis chamados por telefone. Mas, depois do trabalho à porta fechada, o novo contrato, afinal, foi celebrado sob as condições de assegurar apenas 60% de radiotáxis. Obviamente, o Governo não dispôs de plano alternativo – por exemplo, a abertura de concurso para a captação de novos exploradores ou a emissão de mais licenças de táxi – para fazer face à recusa eventual das condições da prestação exclusiva de radiotáxis por parte do concessionário e, conseqüentemente, o Governo não prosseguiu o objectivo previsto aquando da celebração do novo contrato.

O Governo da RAEM nunca dispõe de um plano bem definido aquando do termo de uma concessão pública ou de um contrato de serviços. Para além da questão dos radiotáxis, que se tornou alvo de discussão na sociedade, verificou-se a mesma situação nos outros sectores. Por exemplo, tendo em conta que o Governo não dispunha de um plano de inovação perante a aproximação do termo (ou caducidade) dos contratos no âmbito das telecomunicações, autocarros, televisão, etc., este viu-se obrigado a manter o regime em vigor, o que impediu a inovação. Julgo que o Governo deve corrigir, quanto antes, as falhas indicadas e dispor de planos bem definidos. É também adequado que o Governo se desloque à Assembleia Legislativa para proceder a um esclarecimento, com vista a conseguir a credibilidade pública. É adequado para os governantes da RAEM tomarem a iniciativa de se deslocar à Assembleia Legislativa para esclarecer, plenamente, estes assuntos de interesse público e os planos disponibilizados, no sentido de evitar a repetição das mesmas falhas.

O novo contrato estipula que apenas 60% dos táxis amarelos são verdadeiros radiotáxis, mas os residentes estão preocupados, não só com a respectiva fiscalização e execução, como também com a impossibilidade da implementação desse serviço a 100%, o que poderá acontecer devido ao problema da rentabilidade, mesmo depois da prorrogação do contrato por nove meses. O Governo da RAEM deve vir à AL, de forma activa e com a maior brevidade possível, para prestar esclarecimentos completos e apresentar o novo plano sobre a concessão de licenças de táxis e a sua fiscalização. O Governo preparou algum trabalho legislativo sobre esta matéria?

Perante o termo do contrato da TV Cabo Macau, em Abril do corrente ano, e também a ilegalidade resultante do novo modelo dos serviços de autocarros e a gestão provisória da Reolian, em processo de falência, o Governo limita-se a tomar medidas que mantêm as situações anteriores, sendo por isso questionadas pelo público. O Governo da RAEM deve vir à AL, de forma activa e com a maior brevidade possível, para prestar completos esclarecimentos sobre o concurso

público ou um novo plano. O Governo preparou algum trabalho legislativo sobre esta matéria?

IAOD do Deputado Au Kam San em 17.02.2014

A questão da recusa de transporte, escolha de clientes e abuso na cobrança por parte dos taxistas tem gerado, nestes últimos dias, repulsa pública. Quase toda a cidade se levantou contra esses actos. Contudo, alguns taxistas, inconformados com as acusações, refutam isso e dizem que são injustas as críticas tecidas contra eles. Os que apoiam esse argumento levantaram, num aceso programa de rádio, a questão de porque é que são eles os alvos das críticas, se não recorreram a violências e saques, e não os governantes, que cometeram actos de corrupção, tráfico de influências, abuso de poder em proveito próprio, nomeadamente o caso das 10 sepulturas envolvendo a Secretária Florinda Chan. Será que só aos governantes é permitido fazer tudo e mais alguma coisa e não ao comum cidadão? Claro que este argumento não pega. A lei é feita para ser cumprida por todos, sem excepção, não podendo invocar-se que alguém a desrespeitou, como argumento para não a cumprir. Porém, através desse raciocínio, podemos concluir que não basta aos governantes ter atitudes responsáveis e capacidade trabalho, mas também servir de exemplo para a sociedade. Os governantes são como uma cepa que quando nasce torta nunca se endireita, portanto, quando olham apenas para os benefícios e não para as responsabilidades, então distorcem os valores éticos e deixam de destringar o bem do mal, ao ponto de afirmarem que a razão está do seu lado, mesmo em caso de manifesta violação da lei.

Tenho vindo, desde há anos, a acompanhar a questão dos táxis e até a apontar os aspectos fulcrais que conduzem à situação em que hoje se encontra: de mal a pior, porque as autoridades não têm prestado a devida atenção ao evoluir da situação. Que a qualidade dos serviços de táxi é má e que os taxistas recusam transporte, escolhem clientes e cobram taxas abusivamente são questões que não vêm de agora, só que o problema se agudizou, porque o Governo não tem prestado a devida atenção ao caso, nem as instâncias competentes assumido as responsabilidades por o terem deixado arrastar, sem soluções. A situação decorre do facto de haver uma grande insuficiência de táxis que os torna num produto raro, dando assim azo, como é natural, a situações de recusa de transporte, escolha de clientes e abuso de cobrança.

Antes de 1999, enquanto a população de Macau era por volta de 300 mil residentes, registavam-se, anualmente, 8 milhões de turistas e tínhamos um total de 750 táxis. Passados 14 anos, Macau já conta com quase 30 milhões de turistas por ano, e a sua população aumentou para quase 600 mil, mas os táxis só aumentaram para 980, o que significa que o número de turistas aumentou imenso, enquanto o número de táxis apenas sofreu um aumento de menos de 1/3. Limitar o aumento do número de táxis, através de medidas administrativas, é o principal motivo que deu lugar às actuais dificuldades em apanhar táxi.

O Governo referiu que ia emitir, neste ano, mais 200 licenças de táxis. Só que devido às tais medidas administrativas restritivas, aliadas ao facto de se verificar grupos de interesse a participar na elevação, em conjunto, dos preços das licenças de táxis, fizeram com que os preços das tais licenças subissem significativamente. Essa subida implica necessariamente um aumento das despesas de aluguer de táxi, ou seja, quanto mais caros são os preços, maiores são os custos a suportar pelos taxistas com o aluguer do veículo licenciado. Nestas circunstâncias, mesmo que as autoridades competentes autorizem o aumento das tarifas, os taxistas não vão tirar daí nenhum benefício, porque os custos com o aluguer vão acompanhar esse aumento. Tudo isto constitui motivo para a prática de irregularidades por parte dos taxistas.

Assim, tendo em conta as referidas questões, uma das principais soluções para sustentar o problema da recusa e escolha de clientes pelos taxistas é a emissão de mais licenças, o que, conseqüentemente, levará a uma maior oferta deste serviço. Mas é preciso ter novas e específicas ideias na questão do aumento do número de licenças de táxis. Há vários anos que debatemos e somos da opinião que as habitações económicas não devem ser objecto de investimento, assim, actualmente existem muitos constrangimentos no direito à propriedade e ao uso de habitação económica. Um dos requisitos para a aquisição de habitação económica é não possuir nenhuma propriedade, sendo que este requisito serve para resolver eficazmente a questão dos indivíduos que têm problemas de habitação. Assim, deve-se redefinir requisitos para os táxis, dado que são um serviço de transporte público, pelo que as actuais licenças de táxis que tenham validade devem ser definidas como sendo um bem público e um serviço público de transporte para os cidadãos e, por isso, não devem ser instrumento de investimento. Pelo exposto, existem 3 pontos que devem ser definidos: 1) será que não se deve definir um imposto fixo para as novas licenças de táxis, em detrimento do actual método de concurso público, prevenindo-se assim a subida do preço das licenças de táxis, o que leva ao aumento do custo deste serviço, que já é alto? 2) será que não se deve também impedir o pedido de licenças de táxis aos indivíduos ou empresas que já possuem licença? Com vista a combater o açambarcamento e o aumento do valor do aluguer de táxis por algumas empresas, as futuras novas licenças de táxis devem ser exploradas apenas pelo proprietário da licença, pois este método poderá aumentar a flexibilidade do mercado e diminuir os custos de exploração. 3) Se não se abrir o concurso público para a emissão de novos alvarás de táxi, podem ser ainda adoptados para o efeito sistemas por pontuação ou sorteio. Com vista a incentivar os taxistas a disporem dos seus próprios táxis, devem definir-se algumas restrições, por exemplo: excluir de uma nova emissão os que já detêm licenças e os novos táxis atribuídos devem ser conduzidos por quem for detentor do alvará. Podem ainda encorajar-se os taxistas em efectividade de funções ou os titulares da carteira profissional de condutor de táxi a candidatarem-se conjuntamente a um alvará e, de acordo com um sistema de pontuação, definem-se os pontos exigidos, de forma diferente para os taxistas em efectividade de funções, os titulares de carteira profissional de condutor de táxi e os titulares dos alvarás de licença de exploração de táxis que

podem obter a carteira profissional através da prova necessária, num curto prazo. Se dois taxistas em efectividade de funções participarem conjuntamente na candidatura, podem obter mais pontos. Este novo modelo de emissão de alvarás contribuirá para reduzir os custos de exploração, nomeadamente, a renda do táxi, e para ajustar a relação de oferta e procura no mercado, e ainda para evitar o aumento tão rápido da renda deste transporte. Ademais, o aumento da emissão dos alvarás de táxi deve ter fundamentos científicos. Não podemos fazer uma comparação linear com as cidades vizinhas, tais como: Hong Kong, Cantão, Pequim e Taiwan, que têm não só melhores serviços de transportes colectivos, por exemplo, metropolitano, mas também o *ratio* entre os táxis e os passageiros destas cidades é mais alto do que em Macau. Neste contexto, o Governo da RAEM deve ponderar bem qual é o número total de táxis que Macau precisa, e também de anos, para o seu número poder atingir um nível razoável.

É certo que os custos de exploração de táxis registaram descidas, no entanto, se os factores externos permanecerem inalterados e continuarem a faltar métodos eficazes para resolver os fenómenos, tais como a recusa de transporte, a selecção de passageiros e a cobrança abusiva de tarifas, então a atitude de “não é possível ganhar mais dinheiro, se não praticar isto” vai continuar a existir e, em consequência, os referidos fenómenos vão continuar a ficar por resolver. Face à situação, há quem defenda que a DSAT (Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego) deve reforçar a fiscalização, ou até introduzir o regime de “operação com agentes disfarçados”, só que estes vão ficar “identificados”, passados alguns dias de operação. Considero que a solução mais eficaz para resolver as referidas questões é a instalação de caixas-pretas em qualquer táxi, permitindo uma gravação audiovisual. Para proteger o sigilo, nenhuma pessoa, nomeadamente, o motorista ou o proprietário do táxi, poderá abrir a caixa. A caixa só pode ser aberta pelos serviços competentes, para efeitos de produção de prova quando houver queixas. A caixa-preta identifica o mau e não permite qualquer fuga sempre que os motoristas recusarem transportar passageiros, seleccionarem os passageiros, cobrarem tarifas abusivas e actuarem sem cortesia. Outra coisa é certa: a instalação da referida caixa pode ainda servir de garantia aos motoristas que obedecem às regras do jogo, pois, quando enfrentarem queixas irracionais ou até caluniosas, a caixa pode servir de ajuda, evitando-lhes assumirem responsabilidades que não lhes são devidas.

A instalação da caixa preta serve para reforçar a fiscalização e resolver as questões superficiais, sendo que o aumento de licenças de táxis é uma solução para resolver o problema a partir da fonte. Quando os problemas superficiais e radicais forem resolvidos definitivamente, é que se consegue alcançar o objectivo de rectificar o caos registado nos serviços de táxis.

IAOD de Leong Veng Chai em 17.02.2014

Durante a quadra festiva do Ano Novo Lunar, mais de 1 milhão e dez mil turistas chegaram a Macau. Esse número espantoso está muito além da capacidade de recepção de turistas em Macau. A par disso, as dificuldades com os transportes e em encontrar lugar nos restaurantes já passaram a fazer parte da vida quotidiana da população. Estas questões, para além de serem preocupantes para a vida social, são fontes causadoras de problemas ambientais, aos quais, até ao momento, o Governo ainda não reagiu.

Os turistas que cá vêm, durante as festividades, para além de visitar os pontos turísticos, naturalmente têm que comer. Sendo hábito e costume dos chineses comer bem nos dias de festejos, sobretudo na celebração do início de um novo ano, uma vez que significa sorte ao longo deste, os turistas chineses encomendam muita comida, dando assim lugar a muitos resíduos alimentares. Acrescido ao facto de muitos residentes locais pretenderem comer fora de casa durante o Ano Novo Chinês, o problema dos resíduos de cozinha agrava-se. Como o Governo não tem nenhuma medida de reciclagem, esse tipo de resíduos é totalmente desperdiçado.

De acordo com o Relatório do Estado do Ambiente de Macau 2011, Macau produz, diariamente, 1,64 Kg de resíduos domésticos *per capita*, um número relativamente alto em comparação com Pequim, Xangai, Cantão e até Hong Kong, o que significa que, diariamente, Macau produz 900 toneladas de resíduos domésticos, dos quais, 30% são resíduos alimentares. Mas há que salientar o seguinte: como geralmente os resíduos alimentares contêm uma quantidade relativa de água e sal, se forem enviados para a central de incineração e se o calor não for suficiente, será necessário adicionar mais combustível para o seu funcionamento e isto acarreta mais custos, tal como, se o calor da incineração não for suficientemente forte, irá produzir dioxinas o que também polui o ambiente, pelo que os resíduos alimentares não são adequados para incineração. De facto, estes podem ser utilizados como adubo orgânico após fermentação, mas a central de incineração e o aterro de resíduos de Macau estão quase a atingir os seus limites. Assim, se os resíduos alimentares forem reciclados, os custos do seu tratamento poderão diminuir, bem como a pressão da central de incineração e do aterro de resíduos. Actualmente, o Governo tem vindo apenas a promover planos de recolha de resíduos alimentares em certas escolas e mercados, e a instalação de algumas máquinas de decomposição desses resíduos nesses locais, mas ainda não conseguimos lançar a promoção destes planos nos restaurantes e estabelecimentos de comida onde o seu volume é muito maior, por isso, muitos destes resíduos não são reciclados.

É verdade que existem várias soluções para resolver o problema, no entanto, a melhor solução seria a partir da fonte. A fim de satisfazer as necessidades dos clientes, alguns hotéis de grande envergadura proporcionam *buffets*, no entanto, há frequentemente muitas sobras de comida devido ao excesso de oferta e, em

resultado, estas são tratadas como resíduos. Para as famílias que não conseguem resolver no mínimo as três refeições normais por dia, isto é “um pecado”. Está-se em crer que devido à fase de desenvolvimento próspero do sector de hotelaria, este tipo de refeição irá aumentar de forma incessante, por isso, o Governo deve apelar a estas empresas para assumir as responsabilidades sociais e reduzir o esbanjamento de comida. Mais ainda, deve recorrer às escolas para incutir nos alunos a consciência de protecção ambiental e transmitir a mensagem de poupança de alimentos, resolvendo o problema a partir da fonte.

IAOD do Deputado Mak Soi Kun em 17.02.2014

Afirma-se nas LAG para 2014 que “...em articulação com o trabalho legislativo relativo à ‘Lei de Bases dos Direitos e Garantias dos Idosos’, proceder-se-á à preparação e à concretização de todas as medidas complementares e respectivas actividades de promoção e divulgação”, mas para os idosos “a solidão é pior que a pobreza”. É isto, pelo menos, o que os idosos sentem, ou melhor, carecem de cuidado e atenção, a nível psicológico, moral e afectivo. Dizia Mencius que “o amor filial passa pelo respeito aos pais”, e o respeito aos idosos é uma virtude tradicional do povo chinês.

Afirmam os residentes que o Governo garante a pés juntos que os idosos vão passar o resto da vida no bairro onde vivem, mas as dificuldades com que as pessoas de terceira idade se deparam, nomeadamente em termos de habitação, consulta médica e cuidados, encontram-se ainda por resolver. Por exemplo, hoje em dia as pessoas casam-se aos 30 anos, mas os seus pais casavam-se mais cedo, provavelmente aos 25, pelo que quando aqueles passarem a ter filhos, provavelmente, os seus pais terão perto de 60 anos e estarão ainda vivos. Antigamente, ter 70 anos era uma raridade, mas, segundo as estatísticas referentes a 2012, a esperança de vida média em Macau era de 84 anos, ocupando o 2.º lugar em termos de *ranking* mundial. Porém, segundo a situação de habitabilidade, os residentes vivem, na sua grande maioria, em apartamentos T2. Então, como é que cabem três gerações num mesmo tecto? O espaço chegava, antes de terem filhos. Com o decorrer dos tempos, os filhos crescem e os pais envelhecem, havendo assim toda a necessidade, caso a situação económica lhes permita, de ter uma empregada doméstica para cuidar deles. E, então, como é que conseguirão espaço para a alojar? Tanto mais que hoje em dia os membros do casal trabalham por turnos, portanto, sem um horário laboral fixo, por isso, o Governo deve ter em consideração todos esses aspectos na definição das políticas.

Segundo especialistas e académicos, neste momento, regista-se, na raiz dos serviços para a vida condigna dos idosos, uma insuficiência de lares para lhes prestar cuidados e, mais a mais, a mensalidade dos lares atinge 8 mil a 10 mil patacas. Então, como é que os filhos que são trabalhadores conseguem cuidar da sua família e ao mesmo tempo pagar esta despesa? O Governo chegou a fazer visitas aos bairros comunitários para conhecer o ponto de situação desses residentes? Os residentes afirmam que a iniciativa do IASM em implementar o plano de prestação de serviços aos idosos nos seus lares é boa, no entanto, no pressuposto de reunir condições para mudar para uma habitação maior, o que era o ideal. Mas, tendo em conta o preço dos imóveis, os dirigentes do Governo pensaram alguma vez em como os residentes vão resolver esta dificuldade real?

Na quadra festiva da Primavera, a minha equipa fez visitas aos idosos que vivem sozinhos, acabando por sentir as necessidades destes, isto é, o carinho de alguém por eles. Os seus desejos são simples, ou seja, precisam de um abrigo, o

pão de cada dia, visitas quando estão doentes e transportes para as consultas. Por último, desejam que o Governo, quando tiver capacidade financeira, resolva os problemas que acabei de mencionar e eleve em tempo oportuno a pensão de velhice, para aliviar a pressão da vida quotidiana. Face ao rápido desenvolvimento social, não nos podemos esquecer do contributo destes idosos para a nossa sociedade. Macau está a deparar-se com o envelhecimento da população, isto é, a proporção de idosos na densidade populacional vai aumentar de forma contínua, assim, o Governo deve efectuar estudos sobre as diversas políticas de beneficência para os idosos, criar mais regimes que os beneficie e ponderar mais sobre eles, para que possam ter uma vida mais feliz na velhice.

Segundo a imprensa, nos últimos dias registou-se um frio rigoroso, por causa da influência de uma forte monção de Inverno, e a Direcção dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos assinalou ontem a temperatura de 4.8^o C, a mais baixa deste Inverno. O Instituto de Acção Social destacou ontem pessoal para acompanhar a situação dos desalojados em diversas zonas, e aconselhou-os a irem para o seu Centro de Abrigo de Inverno. É bom os dirigentes terem a consciência de acompanhar a situação dos desalojados, o que merece o nosso aplauso. No entanto, devem conhecê-la mais a fundo, ou seja, fazer uma reflexão sobre os problemas subjacentes: porque é que ainda subsistem tantos desalojados, se o Governo da RAEM é tão rico? Porque é que eles dormem na rua? O Governo tem de indagar as respectivas causas para resolver o problema, os seus dirigentes têm de pensar no que os residentes acham e ficar assim a perceber as preocupações da população. Eu entendo que só assim é que pode haver o princípio de “a governação ter por base a população”. Ora, Macau só poderá ser efectivamente uma cidade com condições ideais de vida, desde que haja o hábito de respeitar e cuidar dos idosos no seio da sociedade.

IAOD do Deputado Chui Sai Cheong em 17.02.2014

MELHORIA DAS INSTALAÇÕES DO JARDIM DE SEAC PAI VAN

Senhor Presidente,
Caros colegas,

Segundo notícia publicada recentemente na imprensa, o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais vai transformar o Jardim de Seac Pai Van num espaço de lazer para as famílias e os idosos, em consequência da conclusão dos projectos de habitação pública naquela zona. Isto quer dizer que esse local passará de jardim florestal a jardim urbano. Porém, como o projecto ainda não está completamente definido, o aumento do número dos animais que vão habitar nesse espaço só acontecerá depois da sua conclusão e, num futuro próximo, vão ser apenas acrescentadas mais duas espécies de macacos e uma outra espécie de panda.

Concordo com a transformação do Jardim de Seac Pai Van, pois, do ponto de vista geral do projecto e devido à reduzida dimensão do território de Macau, é impossível projectarmos um jardim à parte noutra local. Por outro lado, como resultado do desenvolvimento social, Macau necessita, de facto, de um jardim urbano para lazer, quer da sua própria população quer dos turistas. Assim, o Jardim de Seac Pai Van, tanto pela sua dimensão como pela disponibilidade dos seus equipamentos, é considerado adequado.

Como o IACM vai transformar este espaço num jardim urbano, é necessário introduzir aí mais espécies de animais, caso contrário, será difícil imaginar que um jardim sem “conteúdo” funcional próprio que o caracterize venha a constituir um local de lazer. Acresce também que o objectivo do IACM de transformar aquele espaço não seria efectivamente concretizado.

Por isso, não concordo com o plano do IACM de introduzir apenas mais duas espécies de macacos e uma outra espécie de panda no actual jardim. Espero que esta entidade considere efectivamente o seu plano de melhoria do Jardim de Seac Pai Van, introduzindo mais algumas espécies raras de animais, enriquecendo assim o “conteúdo” deste jardim urbano, para atrair um maior número de residentes e turistas. Esta medida contribuirá ainda para que Macau possa dispor de mais um ponto de interesse paisagístico e de lazer, para além de proporcionar um espaço para a formação e sensibilização científica dos jovens. Deste modo, o aumento de mais espécies raras de animais naquele jardim terá certamente benefícios para o desenvolvimento global da nossa sociedade.

IAOD do Deputado Chan Iek Lap em 17.02.2014

Recentemente, alguns encarregados de educação queixaram-se junto de mim, porque as escolas não aceitam os atestados médicos apresentados pelos alunos para justificação das faltas, por não admitirem que sejam emitidos por médicos do sector privado. O mais estranho é que várias escolas determinaram que só aceitam atestados médicos do Centro Hospitalar Conde de S. Januário ou do Hospital Kiang Wu para justificar as faltas dos alunos, situação que é difícil de compreender.

A prestação dos cuidados de saúde de Macau é assegurada por instituições médicas públicas, privadas e sem fins lucrativos. A capacidade financeira, os recursos humanos ou os destinatários dos serviços destas três instituições são diferentes, mas com um objectivo comum: salvaguardar a vida e a saúde da população. Nestes últimos anos, registaram-se mudanças na sociedade e baixas taxas de desemprego, por isso, as famílias com elementos empregados querem um fácil acesso aos cuidados de saúde, nomeadamente, a consultas e tratamentos. Que se saiba, neste momento, em Macau, os cuidados de saúde primários são assegurados pelos centros de saúde, consultórios sem fins lucrativos e consultórios privados, e os serviços de especialidades médicas, pelos três hospitais. Para além disso, nas LAG para 2014, o Governo afirma que vai continuar a incentivar a população a recorrer às instituições médicas não-governamentais, para atenuar a pressão sobre o sistema de saúde pública, bem como a apoiar o desenvolvimento saudável das instituições médicas privadas.

Vejam as queixas apresentadas: não se sabe porque é que, quando os alunos faltam às aulas por doença, os responsáveis de certas escolas só reconhecem os atestados médicos do Centro Hospitalar Conde de São Januário e do Hospital Kiang Wu, mas não os dos consultórios. Já estamos no século XXI, quando sempre se alega imparcialidade e justiça, por isso é difícil imaginar que ainda existam escolas com estas regras injustas e discriminatórias. Assim, para além de contrariar as Linhas de Acção Governativa do Governo da RAEM, estas instruções levantam dificuldades a muitos pais e sobrecarregam ainda mais aqueles dois hospitais, situação grave, pois pode até contribuir para atrasar alguns processos de diagnóstico de pacientes em situação mais urgente.

Os pais querem que os seus filhos doentes sejam tratados o mais rápido possível, ora, como todos sabem, o tempo necessário para uma consulta no hospital é mais longo do que em consultórios privados. Hoje em dia, em muitas famílias, o pai e a mãe precisam de trabalhar e alguns até o fazem por turnos. Caso os filhos adoçam, os pais precisam de tirar meio dia para acompanharem os filhos ao hospital, só para obterem um atestado médico reconhecido pelas escolas, o que dificulta a vida de muitos. Além disso, se uma pessoa contrai apenas uma constipação normal e se dirige logo ao hospital, isso irá aumentar,

certamente, as tarefas dos profissionais de saúde e comprometer a eficácia da prestação do serviço dos médicos que nele trabalham. Actualmente, muitas pessoas consideram que o tempo de espera por uma consulta em hospitais é longo e exigem que o Governo aumente os apoios para resolver o problema. Porém, os nossos profissionais da educação ainda empurram os alunos com constipações normais para os hospitais. Isto é lógico?

Finalmente, solicito à Direcção dos Serviços de Educação e Juventude (DSEJ), como serviço competente para fiscalizar as escolas, que proceda, quanto antes, a diálogos com as escolas sobre esta questão, no sentido de alterar esta prática inadequada e inoportuna. Solicito ainda aos directores, que merecem sempre o nosso respeito, que reconheçam indiferentemente todos os estabelecimentos de saúde, públicos ou privados, ou seja, não discriminem os médicos do privado, que têm menos privilégios. Eu acredito que uma sociedade harmoniosa deve sempre tentar facilitar a vida da população.